

LANÇAMENTOS DA EDIPUCRS
Em co-edição com a Livraria Nova Dimensão

BARANDAS, Ana Euridice Eufosina de. **O Ramallete, ou, Flores Escolhidas no Jardim da Imaginação**. 2a. edição. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, 128p. Coleção Memória. A obra inclui o estudo biográfico da autora.

DREYS, Nicolau. **Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul**. 4a. edição. Porto Alegre: Nova Dimensão/EDIPUCRS, 1990, 144p. Coleção Memória. A obra apresenta grafia atualizada do texto da 1ª. edição de 1839, conforme o exemplar da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico do RS, onde o autor narra suas experiências e vivências como comerciante no extremo sul.

PEDIDOS DIRETAMENTE À:

EDIPUCRS
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 33
Caixa Postal 1429
90619-900 - PORTO ALEGRE - RS
Fone (051) 339.13.08
Nova Dimensão: (051) 331.32.02

REFERÊNCIA SEMÂNTICA - REFERÊNCIA PRAGMÁTICA SOB KRIPKE¹

Jorge Campos
(PUC/RS)

Considere o enunciado:

(1) "A moça com a obra de Kant na mão naquela sala é professora", dito pelo estudante A para seu colega B na entrada da biblioteca.

Frege (1892), para quem a expressão 'A moça com a obra de Kant na mão naquela sala' funciona como um nome próprio, poderia dizer de (1) que: sendo a situação exatamente como a descrita, se tratava de uma afirmação verdadeira, não sendo a referida moça professora, seria falsa e, no caso de não haver alguém que satisfizesse a descrição, (1) não seria nem verdadeira nem falsa².

Russell (1905), para quem dizer 'O x tal que $\exists (x) \psi (x)$ ' equivale a dizer que existe um único x que satisfaz ' $\exists (x)$ ' e que tal x satisfaz ' $\psi (x)$ ', ou seja, que $(\exists x) (\psi (x) \wedge \forall (x) (\psi (x) \rightarrow x))$), poderia considerar (1) como: verdadeira, desde que a moça com a obra de Kant na mão naquela sala fosse professora e falsa, desde que ou ela não fosse professora, ou não houvesse uma moça como a descrita.³

Suponha, agora, que A e B estejam enganados sobre a moça de quem falam. Ela não está com a obra de Kant na mão, mas com a obra de Körner sobre Kant, embora seja, de fato, professora.

Frege diria, então, que, nesse caso, a (1) não seria atribuível valor-de-verdade, enquanto Russell poderia dizer que (1) era falsa.

Donnellan (1966), todavia, para quem descrições definidas podem ter um uso atributivo, quando dizer 'o x tal que $\exists (x) \psi (x)$ ' equivale a quem quer que possua a propriedade \exists também, possui ψ , ou referencial, quando significar de um determinado indivíduo que possui a propriedade \exists que, também, possui ψ ⁴, poderia dizer de (1) o seguinte: Ainda que a moça não seja como se a descreve, Russell parece não estar certo. Mesmo descrevendo-a inadequadamente, o uso referencial da descrição permite a A afirmar uma verdade sobre a moça que, de fato, é professora.

Frege, Russell ou Donnellan?

Não decida. Suponha, mais uma vez, que, naquela sala, uma outra moça de costas para A e B esteja com a obra de Kant na mão, revisando-a na sua função exclusiva de bibliotecária. Nesse caso, Frege, Russell e Donnellan poderiam concordar que (1) é falsa.

De fato, Donnellan não pretende negar a abordagem de Frege e Russell nos termos destes, mas, apenas, acusar-lhes de não reconhecer a possibilidade de (1) ser verdadeira no primeiro caso em que o uso referencial da descrição definida é que está em jogo.

Kripke (1977), para quem o descritivismo de Frege-Russell também é problemático, reconhece a validade da distinção donnelliana, mas não a aceita como uma refutação da abordagem de Russell. Para ele, a dicotomia referencial x atributivo deve ser reavaliada a partir de um fenômeno mais geral que caracteriza o ato de referir.⁵

Suponha, por exemplo, que os nossos bem conhecidos A e B vejam Smith a distância e julguem, equivocadamente, tratar-se de Jones. O diálogo entre eles poderia ser o seguinte:

(2a) O que Jones está fazendo?

(2b) Varrendo as folhas.

Na linguagem de ambos, como se vê, 'Jones' é o nome de Jones, mas está sendo usado para referir Smith. Em outros termos: desejando dizer 'Ø' sobre a, os falantes usam 'd' como nome de a e dizem 'Ø (d)' porque acreditam que 'a' preenche todas as condições de ser o indivíduo nomeado por 'd'.

Como se poderia, numa situação como essa, diferenciar a relação que 'Jones' mantém com Jones da que 'Jones' mantém com Smith? Pois a idéia de Kripke é exatamente sugerir que, no primeiro caso, Jones é a referência semântica de 'Jones', enquanto, no segundo, Smith é a referência dos falantes A e B. Essa distinção, agora introduzida através de um nome próprio, pensa Kripke, é um fenômeno geral de grande valor para a teoria linguística, dentro do qual deve ser repensada a dicotomia donnelliana.

Diz Kripke, no seu texto sobre os conceitos recém apresentados.

(3) Eu penso que a distinção entre referência semântica e referência do falante será de importância não somente (como no presente trabalho) como um instrumento crítico para bloquear postulações de ambigüidades não autorizadas, mas, também, será de considerável importância para a teoria da linguagem.⁶

E já que trata de um par teórico tão relevante, como, para Kripke, se poderia caracterizá-lo de forma mais geral?

(4) Em um dado idioleto, o referente semântico de um designador (sem indexicais) é dado por uma intenção geral do falante para referir a um certo objeto quando quer que o designador seja usado. O referente do falante é dado por uma intenção específica, em uma dada ocasião, para referir a um certo objeto.⁷

De fato, pensa Kripke, dentro de tal quadro, poder-se-iam distinguir duas situações. Uma, simples, em que a intenção específica do falante coincide com sua intenção geral, como no caso em que se usa 'Jones' para Jones; outra, complexa, em que a intenção específica de referir pode ou não coincidir com a geral, caso de 'Jones' para Smith.

O que Kripke sugere, de fato, é que a distinção donnelliana pode ser reduzida a esse quadro, de tal forma que o uso atributivo não passa do caso simples especializado para descrições definidas, enquanto o uso referencial identifica-se com o complexo. E, se isso é assim, diz Kripke, Donnellan está errado em supor que o seu uso referencial de uma descrição definida con-

siste em identificá-la com o nome próprio, já que, como nos exemplos (2a) e (2b), os casos simples e complexos também ocorrem com o próprio nome.⁸

Até aqui, o que se viu é que:

- (a) Trata-se da questão de referência em termos de nomes e descrições definidas;
- (b) As abordagens de Frege e Russell são problemáticas, especialmente quanto à vacuidade referencial das descrições;
- (c) A dicotomia donnelliana em termos de uso atributivo e referencial é proposta como mais abrangente e esclarecedora do que a análise de Russell, interpretada como considerando, apenas, o primeiro tipo de uso;
- (d) O par referência semântica x referência do falante de Kripke é proposto como mais abrangente e esclarecedor do que a distinção donnelliana incapaz, nessa perspectiva, de contestar objetivamente a análise de Russell.

O presente artigo pretende, apenas, evidenciar sobre (a) que:

- (c) Há alguns problemas envolvendo a distinção referência do falante-referência semântica que Kripke não elucidou;
- (f) A solução de tais problemas sugere que a distinção Kripkiana subjaz um quadro mais complexo sobre o fenômeno da referência;
- (g) Esse quadro pode ser caracterizado como um sistema de relações entre referidores, expressões referenciais e referentes, de tal forma que a noção de referência deve ser entendida como expressão desse sistema;
- (h) À luz de tal sistema, pode-se caracterizar a referência como relação semântica entre expressões referenciais e referentes e relação pragmática entre referidores e referentes;
- (i) Mesmo considerando que (c), (f), (g) e (h) sejam posições corretas, ainda assim não se nega que (d) continua valendo contra (c).

Permita-nos a tentativa, considerando, inicialmente, os enunciados abaixo, ainda envolvendo um diálogo entre as nossas personagens A e B, agora expressando a sua confusa cultura filosófica no interior de uma biblioteca.

Diz A, apontando uma foto de Platão que ele julga Aristóteles:

(5a) O fundador da lógica foi um grande filósofo.

Ao que B, reconhecendo Platão, mas pensando dele, equivocadamente, ser o autor da obra "Teeteto, o Fundador da lógica", acrescenta:

(5b) De fato, o autor de "Teeteto, o Fundador da lógica" inaugurou os estudos dessa disciplina.

e, aproximando-se com o dedo na direção de uma outra foto, agora de Sócrates

(5c) Foi o seu mestre e o de Alessandro I da Turquia.

Ao que A complementa

(5d) Sem dúvida, eles são os maiores.
Ouvindo de B a seguinte observação:

(5e) Não, Aristóteles foi o maior.

Dentro desse contexto, à luz do "insight" kripkiano, poderíamos dizer, de início, que ambos referiram exitosamente o que é demonstrado pelo seu absoluto entendimento a respeito da foto a que eles se referem. Paralelamente, as suas descrições em (5a) e (5b) não são satisfeitas pelo indivíduo que apontam. A primeira, porque, no entender de A, só Aristóteles a satisfaz. A segunda, porque Platão não escreveu tal obra, não podendo, portanto, satisfazê-la. Kripke diria, então, que Platão é o referente semântico dos falantes, Aristóteles a referência semântica da descrição de (5a), não havendo, pelo menos no idioleto de ambos, quem possa ser a referência da descrição de (5b).

Nesse ponto, ainda que aceitemos, como, de fato, ocorre, a validade da distinção Kripkiana, deveríamos, de qualquer maneira, procurar explicações para alguns enigmas que perduram.

Por exemplo, (4) não nos satisfaz como esclarecimento absoluto da distinção em jogo. A diferença entre intenções gerais e específicas sobre a qual a referência semântica é estabelecida não é absolutamente clara. Afinal, designadores referem, ou referir é uma atividade exclusiva dos falantes dependente de um tipo de intencionalidade?

E no que diz respeito ao diálogo entre A e B no interior da biblioteca, quando se considera o fato de que B acredita que Platão é o verdadeiro fundador da lógica, qual seria a referência semântica da descrição de (5a)?

Suponhamos, além disso, que um filósofo, personagem de uma obra de ficção de Umberto Eco, de nome Duchowsky, tivesse escrito "Teeteto, o Fundador da Lógica", Kripke aceitaria Duchowsky como a referência semântica de (5b)? Ainda no mesmo sentido, o que diria sobre "Alessandro I da Turquia", nome de ninguém?

Uma outra questão problemática para ser elucidada dentro do quadro kripkiano poderia ser a seguinte: (5c) sugere a referência do falante sem nenhuma expressão lingüística que a represente; já (5d) a indica pelo dêitico "eles". Como se estabeleceria a diferença entre a referência do falante lingüisticamente expressa e a apenas ostensiva? Entre nomes, descrições definidas e pronomes, haveria diferença quanto à forma de referir no quadro kripkiano? e (5e)? para Kripke, trata-se do caso simples, cuja referência semântica é, certamente, explicada pela sua teoria causal. Mas como isso se articula com a referência do falante?

Essas e outras questões não foram elucidadas por Kripke, certamente, porque vão além dos objetivos para os quais ele estabeleceu a distinção entre referência semântica e referência do falante. Suas idéias, porém, já cumpriram a função desejada em nosso texto: asseguraram a relevância desse tipo de encaminhamento para uma teoria da referência e deram origem a problemas cuja tentativa de solução sugere um aprofundamento das reflexões que cercam os conceitos em jogo.

Passemos, então, à análise de tais questões, começando por algumas considerações iniciais indispensáveis para o correto entendimento da abordagem que iremos propor.

Saussure (1916)⁹ já havia observado, no início do século, que a língua é uma instituição social, ao mesmo tempo instrumento e produto da fala. Para ele, embora sejam coisas diversas, língua e fala estão numa relação de absoluta interdependência. É a fala que vai, historicamente, constituindo a língua, e é a língua que vai sustentando a inteligibilidade da fala.

De fato, a língua é uma entidade que pode ser abstraída, enquanto conjunto de símbolos e regras, de sua manifestação social, mas não pode, efetivamente, ser desvinculada dessa prática. Não há, na verdade, língua fora da relação entre os usuários e a realidade do mundo. Toda e qualquer propriedade lingüística está, portanto, necessariamente vinculada aos falantes e aos objetos de que eles falam. E foi isso, provavelmente, que Wittgenstein quis caracterizar com a idêia de jogos de linguagem em que até o significado está reduzido ao uso das palavras.

Uma língua, como a portuguesa, por exemplo, está submetida à realidade de sua história. Pode-se imaginá-la em seu vocabulário e sua gramática, fora do tempo, sincronicamente, mas isso não passa de uma operação metodológica. As palavras, que constituem o seu vocabulário, e as regras, que constituem a sua gramática, foram, por sua vez, constituídas pela prática social das comunidades que usam o português. Uma língua não é fixada a priori por alguma convenção arbitrária; nenhuma instância de sua estrutura escapa da determinação do social; a sua fonética, a sua sintaxe e a sua semântica são construídas por uma comunidade no contexto de sua realidade espaço-temporal.

Ao nível da noção semântica de referir, por exemplo, objeto de nosso trabalho, pode-se constatar a propriedade dessa interpretação. A língua possui um repertório de expressões referenciais, como é o caso dos nomes, pronomes e descrições, que foi constituído pela prática dos falantes e que sustentam a inteligibilidade de cada ocorrência particular. E mais: os nomes de entidades reais, historicamente determinadas, também fazem parte do conhecimento lingüístico. 'Aristóteles' não só é um nome que pode ser usado para referir uma criança de hoje, como, também, faz parte da língua como nome do filósofo grego. Uma língua é uma instituição real, não um objeto idealizado e sem corpo social.

Nesse sentido, não se pode ignorar a diferença fundamental que existe entre o uso da língua enquanto prática social num contexto generalizado e o uso da língua enquanto prática individual de um falante num contexto específico. É só a atividade social, ao longo da história real de uma língua, que possibilita o uso individual bem sucedido de uma instância lingüística.

Quando, portanto, num contexto particular, temporal e espacialmente definido, um falante A afirma uma proposição 'p' através de uma sentença que B entende, essa comunicação individual pressupõe uma prática social onde ela se insere em todas as suas instâncias.

O que tudo isso reflete, em última análise, é a necessidade de se distinguir a língua enquanto código abstrato, da fala particular de cada ocor-

rência, mas, também, da sua história social que não é nenhuma coisa nem outra.

Uma segunda consideração compatível com o que se disse sobre a língua enquanto prática coletiva, em termos de referência, diz respeito ao contexto lingüístico do batismo.

Sendo, provavelmente, um dos rituais mais antigos da cultura humana e envolvendo, necessariamente, a linguagem, através dos nomes próprios, é surpreendente que a lingüística e, principalmente, a filosofia da linguagem não lhe tenham dado a atenção que merece.¹⁰ Existem, sem dúvida, inúmeros aspectos do batismo, de inegável interesse para essas disciplinas. Poder-se-ia, por exemplo, examinar o fenômeno do batismo enquanto contexto religioso, social e jurídico de um dos atos lingüísticos mais importantes, o ato de denominar. Dar nome a uma pessoa, a um objeto ou a uma instituição é, na verdade, constituir-na na linguagem; é inaugurar a possibilidade histórica de toda uma comunidade lingüística vir a identificá-la sem ambigüidades; é, no fundo, criar os braços da língua para agarrar as coisas do mundo. Daí o batismo ser um fato complexo que, com todo o seu aparato social, jurídico e religioso, faz parte decisiva da prática coletiva que sustenta a semântica de uma língua. Mesmo dentro de uma sentença ou de um enunciado particular, além de servir como ponto de apoio para que a predicação se dê, cada nome próprio carrega uma história social e pressupõe, inapagavelmente, a sua origem no batismo.

Finalmente, uma última consideração:

Se existe uma constatação ao mesmo tempo trivial e enigmática é a de que as palavras designam coisas. Tão trivial que ninguém a nega; tão problemática que, quando Frege disse dos nomes próprios que eles designam sua referência e exprimem seu sentido, isso foi considerado um avanço semântico de séculos.

A tradição filosófica moderna consagrou o termo 'referência' para indicar o objeto designado por uma expressão referencial à medida que reconheceu, principalmente, o mérito do "insight" fregiano. Isso não seria problemático se, por trás dessa identificação, não se tivesse desenvolvido um enigma assustador, a saber, os juízos existenciais negativos do tipo 'a não existe'.

No fundo, essa questão já era resultado de uma preocupação mais geral, a de saber qual o estatuto ontológico de referência. Para a lógica do início do século, era absolutamente inadmissível que certos princípios, como o da bivalência, fossem ameaçados por uma coisa tão banal como os juízos existenciais negativos.

Não diremos, de nenhuma forma, que esse problema não é altamente relevante ou que temos a solução para ele. Faremos, isso sim, algumas considerações sobre como as coisas poderiam ter sido diferentes se a abordagem filosófica fosse outra.

Suponhamos que Frege fosse uma espécie de estruturalista "avant la lettre" e, ao invés de fixar-se na idéia de referência como algo positivo, a tivesse compreendido não como objeto, mas, sim, como relação¹¹. Ele poderia, por exemplo, pensar na relação de referência como aquela que se estabelece entre o falante, o nome e o objeto nomeado, a partir de uma

prática lingüística em sua dimensão social. Até poderia reservar os termos 'referidor', 'expressões referenciais' e 'referente' para caracterizar tal relação.

Se assim fosse, os termos dessa relação só teriam valor semântico a partir dela. Não teria sentido, realmente, pensar do indivíduo concreto Platão, por exemplo, que, só porque ele fez uma afirmação sobre Aristóteles usando o nome 'Aristóteles', houvesse uma identificação total de sua existência com o referidor. Em outras palavras, Platão, qua referidor, não poderia ser Platão, qua outras n-relações. Da mesma maneira, a tradição mostrou ser absurdo esperar que, só porque 'Aristóteles' foi nome de Aristóteles não viesse a se tornar nome de mais ninguém. E, se esse argumento é correto, também seria um grave equívoco pensar que, só porque Platão referiu-se a ele, Aristóteles fosse reduzido a ser apenas o seu referente. Aliás, até uma criança acharia estranho que alguém lhe dissesse que o referente do nome 'Aristóteles' foi um filósofo grego, ou que 'Aristóteles' não tinha mais referente porque este morreu.

Frege poderia, de fato, se assim o fizesse, ter distinguido a relação de referência, prática social da linguagem, inaugurada pela convenção do batismo de direito ou de fato (lingüístico), do referente, objeto, apenas, dessa relação. Além disso, certamente, também teria distinguido o objeto, qua referente de um nome numa relação de referência desse mesmo objeto tomado, agora, fora dessa relação. Finalmente, teria distinguido, naturalmente, duas formas de o referente se relacionar, ora com a expressão referencial, ora com o referidor e usuário dessa expressão.

De fato, se Frege tivesse sido um estruturalista mais ingênuo, algumas questões relevantes teriam perdido boa parte do seu valor filosófico. Quando a sua perspicácia lógica se debruçasse sobre a sentença 'Ulisses profundamente adormecido desembarcou em Itaca', não teria mais sentido a sua angústia, digamos, ontológica. A predicação estava garantida à medida que, mesmo Ulisses não tendo existência real, não se poderia, injustamente, negar-lhe o direito de ser o referente do nome 'Ulisses'. Quem lhe deu esse direito, aliás, foi toda uma história de sentenças praticadas por inúmeras comunidades lingüísticas. E, afinal, aquilo de que se estava tratando era da lógica de uma sentença e não do valor de verdade de um enunciado científico no interior de uma teoria empírica. Não haveria porque, portanto, desesperar-se diante da falta de espessura ontológica de Ulisses; a relação de referência já estava culturalmente garantida e, com ela, o referente do qual se afirmava alguma coisa.

Mais do que Frege, Russell é que perdeu o sono filosófico com os enunciados existenciais negativos. E, no entanto, 'Ulisses não existe' poderia ser verdadeira e significativa. Ela, apenas, estaria afirmando, sustentada por uma relação de referência que existe, que o indivíduo não tem existência real, apesar de existir qua referente do nome.

Frege, felizmente, não tratou a questão da referência com essa simplicidade perigosa e, com isso, não impediu o surgimento de enigmas lógicos de grande charme filosófico. Nós, entretanto, o faremos, agora sem ônus.

Feitas essas considerações, já podemos sistematizar as questões problemáticas a respeito do conceito de referência, o que nos dará, ao mesmo

tempo, resposta para os problemas deixados por Kripke e um roteiro teórico para o quadro alternativo que mencionamos anteriormente.

Consideremos, para uma análise minuciosa, um conjunto mais variado de expressões referenciais, como as dos enunciados abaixo:

- (6a) Bertrand Russell é um filósofo de Matemática.
- (6b) O autor de *The Principles of Mathematics* é um filósofo.
- (6c) O filósofo que vai passando estuda filosofia de Matemática.
- (6d) Este filósofo estuda filosofia de Matemática.
- (6e) Ele é um filósofo da Matemática.
- (6f) Um filósofo da Matemática vai passando.

Nessas sentenças, todas as expressões designadoras poderiam, inicialmente, ser analisadas, pelo que já vimos, sob dois pontos de vista quanto à questão da referência.

Numa primeira perspectiva, cada uma das sentenças poderia ser considerada num contexto específico de uso, ou seja, numa ocorrência particular em que um determinado indivíduo se utiliza delas num tempo e local determinados, para falar a outrem sobre uma determinada pessoa.

Suponhamos, por exemplo, que na tarde de 20 de setembro de 1923, em Cambridge, vendo passar, a distância, alguém que julgava ser Russell, Wittgenstein, apontando-o, tenha afirmado (6a) para seu amigo Ramsey. Nesse caso, então, tal indivíduo, Russell ou não, caso Wittgenstein estivesse enganado, pode ser considerado o referente do falante naquele contexto específico.

Numa segunda perspectiva, trata-se de considerar (6a) como uma abstração de n-ocorrências, ou seja, como uma sentença de uso legítimo num contexto social generalizado. Russell, nesse caso, poderia ser considerado o referente semântico próprio do nome.

Em que se distinguem as duas situações?

À luz das nossas considerações anteriores, a diferença entre elas é uma diferença entre dois tipos de relação de referência, estabelecida entre referidores, expressões referenciais e referentes. Tudo depende do contexto de uso em que essa relação é examinada e do papel que a expressão referencial exerce nela. Analisemos, então, os dois tipos de contexto a que submetemos (6a), ampliando a nossa análise para alcançar os designadores das demais sentenças.

No contexto inicial, a base da relação é constituída pelo primeiro e o terceiro constituintes. Como se trata de um contexto de uso específico em que o falante e o objeto designados são, por hipótese, determinados, a expressão referencial funciona, principalmente, como um intermediário dessa relação. A prova disso é que tal relação de referência, que poderíamos chamar de pragmática, seria, praticamente, a mesma se fosse qualquer outra sentença de (6b) a (6f).

No segundo, a base da relação é constituída pelos segundo e terceiro constituintes. Como se trata de um contexto de uso social generalizado, o falante, por hipótese, Wittgenstein, representa, apenas, um falante qualquer, referindo-se não a um indivíduo contextualmente dado, senão ao referente

da expressão tal como ela funciona em sua língua. Nesse caso, que poderíamos chamar de relação semântica de referência, há, ao contrário do anterior, diferenças significativas na forma como cada designador refere.

De fato, 'Bertrand Russell' e 'O autor de *The Principles of Mathematics*' são, visivelmente, menos dependentes de contexto de que 'ele', 'este filósofo', etc. Conseqüência disso, é que enquanto (6a) e (6b) são decidíveis, (6c), (6d), (6e) e (6f) terão seu valor de verdade dependente de informação extralingüística.

No fundo, é como se a referência de (6c), (6d), (6e) e (6f) caracterizasse o quadro típico da relação pragmática, em oposição aos designadores de (6a) e (6b), casos paradigmáticos da relação semântica de referência.

Isso não quer dizer, absolutamente, que as expressões referenciais dessas duas últimas sentenças não se distingam na sua forma de referir. O nome 'Bertrand Russell' por exemplo, independe de sua ocorrência específica em (6a), quando poderia, inclusive, ser usado, equivocadamente, para que o falante referisse outra pessoa que não Russell, está ligado a este, concretamente, mediante um ato lingüístico institucional de batismo. Sua relação semântica, portanto, com seu referente, em cada ocorrência, é determinada por uma cadeia causal que remete àquele ato. Já 'O autor de *The Principles of Mathematics*', no plano semântico mantém com seu referente, no caso Russell, uma relação contingente. Realmente, antes de 1900, por exemplo, tal descrição não seria satisfeita por nenhum indivíduo, embora 'Russell' já designasse Russell, distinguindo-se, assim, esse tipo de expressão do nome próprio típico. Além disso, a descrição definida para referir um determinado indivíduo sem ambigüidade, ou o faz mediante um uso dêitico como acontece em (6c), ou apoiada em um nome próprio como é o caso de (6b). Mesmo assim, como o demonstrou Donnellan, nada impede que se faça da descrição ou um uso referencial ou atributivo, o que, da mesma forma, a diferencia dos nomes próprios. Isso não quer dizer, de forma nenhuma, que uma expressão de estrutura descritiva não possa se transformar, por um batismo típico ou não-institucional, em um nome próprio. 'A Casa Branca' é, provavelmente, um desses casos. Mas aí, a forma de referir passa a ser outra. Poderia acontecer, por exemplo, que o palácio do governo americano fosse pintado de azul, e ainda tivesse o mesmo nome.

Diante desse quadro interpretativo da forma como se comportam as expressões referenciais mais variadas, o que se poderia dizer, agora, sobre a distinção entre a referência do falante e a referência semântica?

Em primeiro lugar, que ela parece se incluir numa oposição mais generalizada entre a referência no plano pragmático, caracterizado aqui pelo contexto de uso específico onde são os falantes que referem, e a referência no plano semântico, definido pela abstração dos falantes num contexto social generalizado, onde as palavras referem.

Em segundo lugar, que, se no plano pragmático, a variedade de expressões referenciais não é muito significativa, à medida que elas são apenas intermediárias de uma relação entre a intenção do falante de referir um objeto determinado e este objeto, no plano semântico, é preciso distinguir a forma de referir dos designadores. A relação de um nome próprio com seu referente, por exemplo, parece ser uma relação especial que se caracteriza

por uma cadeia de uso social remetendo a um ato denominativo, o que não ocorre com outras expressões.

Isso posto, já é o momento de retomarmos os dois objetivos a que essa análise se dirige, a saber, a reavaliação do conceito de referência e, posteriormente, a tentativa de abordagem dos problemas anteriormente mencionados.

Começemos com a questão da referência.

Em primeiro lugar, conforme a análise anterior, a noção de referência não será mais identificada como a de entidade extralingüística nomeada. Para isso, usaremos o termo 'referente'.¹² Por referência, entenderemos a relação entre os usuários, as expressões referenciais e os objetos designados.

Nesse sentido, distinguimos dois tipos de relação de referência.

Referência Pragmática - é a relação determinada pela intenção de um falante particular de referir um objeto específico através de um designador que julgue adequado. O papel desse designador, no caso, é o de um instrumento de um ato de referir. A referência pragmática se estrutura sobre um contexto específico de uso em que a questão depende de quem fala, quando fala, onde fala, para quem fala e sobre quem fala.

Referência Semântica - é a relação de um designador com seu referente, através do uso social sistemático desse designador para esse referente. Trata-se de uma relação em que o falante, por não estar caracterizado pelo contexto específico, é, apenas, uma instância do uso social, sendo abstraído em favor da idéia de que são as palavras que referem. O nome próprio refere um objeto tomado como indivíduo mediante uma cadeia causal que remete ao batismo; o nome comum refere uma classe de indivíduos, e uma descrição definida refere um indivíduo através de alguma propriedade que tal indivíduo possui, mediante um nome próprio ou alguma espécie de dêitico.

Uma vez caracterizado o refinamento do conceito de referência, passamos à análise das questões problemáticas que ainda resistem.

Quanto à primeira dúvida sobre o emprego que Kripke fez de intenções específicas e gerais, se a nossa análise foi bem sucedida, ela está inteiramente elucidada. A específica é caracterizada pelo contexto de uso de uma ocorrência com referente determinado, caracterizando a relação pragmática de referência, enquanto a geral é, na verdade, o subentendimento de uma espécie de falante coletivo como abstração de um uso social sistemático de uma expressão referencial. Na relação pragmática de referência, o designador é, apenas, uma espécie de instrumento de uma intenção de referir um objeto contextualmente dado; na semântica, a relação de base é entre o designador e seu referente, sendo o falante, apenas, uma instância do uso social do nome.

Dizendo de outra maneira, falantes referem e expressões referem.¹³ Quando um falante refere, fá-lo através de uma expressão pragmaticamente referencial; quando as expressões referem, fazem-no através dos falantes semanticamente constituídos no uso social da língua, e isso, finalmente, responde às duas primeiras questões abertas em Kripke.

Quanto ao caso da crença de B de que Platão é o fundador da lógica, a questão pode ser posta nos seguintes termos: 'O fundador da lógica' é uma descrição definida atribuída pela tradição filosófica a Aristóteles. Quando

A pretende referir-se a ele pelo uso da mencionada descrição, nada mais faz do que reafirmar tal tradição, ou seja, do que instanciar uma relação semântica de referência cujos elementos são a descrição e seu referente Aristóteles. Quanto a Platão, o uso da descrição que A atribui a ele não passa de um instrumento lingüístico pelo qual a relação pragmática da referência que A mantém com ele (via foto) é estabelecida. E o que dizer da crença errônea de B no caso? Obviamente, para B, a relação de referência semântica que se estabelece é entre 'O fundador da lógica' e Platão, o que vai de encontro à concepção mais tradicional. Isso mostra, apenas, que a questão da referência, mais uma vez, só é elucidada pelo jogo de relações entre referidores, expressões referenciais e referentes. Talvez também sirva para esclarecer melhor o que Kripke teria tentado dizer com "intenções gerais", já que não se pode evitar crenças particulares como as de B, embora, obviamente, seja possível discutir-se o seu fundamento.

O próximo problema tem trazido muitas insônias semânticas aos filósofos da linguagem. Duchowsky é apenas uma personagem de ficção e, como diria Kripke, não existe e jamais poderá existir.¹⁴ Como poderia vir a ser o referente da descrição 'O autor de Teeteto, o Fundador da Lógica'? Dentro do quadro que estamos propondo tudo se explica assim: A descrição em pauta serve apenas como instrumento lingüístico para o estabelecimento da relação pragmática de referência entre B e Platão. O fato de Platão não satisfazê-la, não anula o caráter pragmaticamente bem sucedido da relação entre o estudante e o filósofo. Quanto à relação de referência semântica, Duchowsky é o referente da tal relação para os referidores que conheçam a obra de Umberto Eco. O fato de ele ser uma personagem de ficção não significa senão que o nome 'Duchowsky' foi introduzido por um batismo literário em que, geralmente, é a linguagem, através de nomes e descrições, que institui tal personagem. Nesses casos, ao contrário dos referentes reais, o de 'Duchowsky' não existe senão na relação semântica em que é referido, e isso é tudo. À questão sobre que tipo de existência Duchowsky tem para os que conhecem a obra de Umberto Eco, poder-se-ia dar a seguinte resposta. Os falantes de uma língua conhecem a regra de referência semântica e conhecem as regras de batismo literário. Duchowsky é, apenas, o referente de uma instância dessas regras, numa espécie de meta-referência semântica. Nesse sentido, se 'Alessandro I da Turquia' não mereceu qualquer tipo de batismo, não há referente com o qual possa estabelecer uma relação semântica para qualquer referidor. E se há alguma familiaridade, ainda, com a expressão lingüística, tudo se resume ao conhecimento metalingüístico, que se tem da estrutura de um nome próprio. Trata-se de uma expressão que poderia vir a ser o nome de alguém.

As questões sugeridas por (5c) e (5d) são problemáticas para o valor da distinção kripkiana entre referência do falante e referência semântica. Poder-se-ia negar que Sócrates é a referência do falante B, por exemplo, em (5c)? Parece que não. O caso é análogo aos anteriores. Mas, então, a referência do falante pode não expressar lingüisticamente, e isso amplia, indecisavelmente, o seu alcance, exatamente porque reduz o seu valor conceitual para uma teoria semântico-lingüística da referência. Também com (5d), o problema é saber em que, na noção de referência do falante, se distinguem

as expressões lingüísticas diversas. Ou 'eles' é diferente de 'Platão' e 'Sócrates' e 'O fundador da lógica', quanto ao papel que exercem na referência do falante e, então, cabe a Kripke explicar tal diferença, ou a diferença só se expressa na referência semântica, mas então o conceito de referência do falante mais uma vez é lingüisticamente enfraquecido. Se é assim, a nossa proposta parece correta, no sentido de que a expressão lingüística é, apenas, um instrumento intermediário no caso de uma relação pragmática entre referidores e referentes. Obviamente, isso não implica que tal função esvazie de sentido, nessa relação, a expressão lingüística. O que se quer dizer é que o seu sentido pode não impedir que a relação pragmática se estabeleça.

O último caso é para sugerir a necessidade de uma articulação entre teoria causal da referência e a distinção entre referência do falante e referência semântica, à luz do nosso quadro interpretativo. Aristóteles mantém com 'Aristóteles' uma relação rígida de referência, segundo Kripke. Isso significa que 'Aristóteles' designa Aristóteles em todos os mundos possíveis. Isso quer dizer, em última análise, que Aristóteles é o referente semântico constante de seu nome. De fato, poder-se-iam supor mundos possíveis onde Aristóteles não fosse um filósofo grego, mas, ainda aí, ele seria Aristóteles, e a possibilidade de encontrá-lo em tais mundos só se daria através da rigidez com que seu nome próprio o designa. Entretanto, o que dizer sobre o papel do nome próprio na referência do falante? No exemplo (2a), viu-se que 'Jones' - Jones caracterizava a referência semântica, enquanto 'Jones' - Smith, a referência do falante. Mas, então, nesse caso, no mundo real, naquele contexto específico, 'Jones' não referia Jones? Kripke diria que, exatamente, a relação semântica, sustentada por cadeias causais históricas, é que garantia a rigidez. O equívoco do falante era, justamente, uma consequência de o nome 'Jones' ser um designador constante. De qualquer maneira, uma vez que o referente-Smith do falante estava assegurado, poderíamos supor um mundo onde ele não estivesse varrendo folhas. Seria, então, a referência do falante sempre rígida? Se sim, qualquer expressão que garantisse a referência do falante poderia equivaler-se, nesse caso, a um nome próprio. Se não, como caracterizar uma referência do falante não-rígida, se ela é o resultado de uma situação e de uma intenção específica de referir? A dúvida sobre isso se desfaz em nosso quadro. A propriedade especial do nome próprio típico é, exatamente, poder designar rigidamente sem que o referente do falante seja determinado por uma ostensão particular. Em última análise, o nome próprio é uma espécie de expressão típica da relação de referência semântica, justamente porque ela está fundada num ato de batismo que não é outra coisa senão uma espécie de ostensão social.

Finalmente, cabe considerar o seguinte: Se a nossa argumentação foi bem sucedida, (e), (f), (g) e (h), a que nos propusemos, são itens satisfeitos. O que dizer de (i)? Na verdade, Kripke parece, mesmo no nosso quadro, não perder a força argumentativa contra Donnellan. Se Russell tratou apenas do caso atributivo, isso se deve ao fato de que considera a referência do falante reduzida à referência semântica. Em outros termos, Donnellan não poderia acusar Russell de não tratar do uso referencial de uma descrição à medida que tal uso pressupõe um contexto determinado e intenções específicas de um falante para com o referente de tal descrição, o que não era,

certamente, o tema da teoria russelliana. Entre a mente de um falante particular em sua intenção própria de referir um certo objeto através de uma descrição num enunciado e uma sentença como expressão abstrata de uma estrutura semântica com uma descrição-tipo, Russell, contra Strawson e Donnellan, obviamente considerava a segunda mais interessante. É exatamente isso que Kripke viu com clareza, ainda que seus óculos teóricos (ou os nossos) possam estar um tanto embaciados.

NOTAS

1. O presente texto é uma adaptação de um trabalho apresentado num seminário sobre Filosofia da Linguagem no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da PUC/RS em 1987. O seu título se deve ao fato de que a distinção Referência Semântica - Referência Pragmática pretende ser análoga e subjacente à de Kripke (1977) expressa no título de seu artigo "Speaker's Reference and Semantic Reference" in French, P.A., Vehling Jr., T.E. & Wettstein, H.K., (eds.)
2. A conhecida concepção de "truth-value gap" é geralmente divulgada como a tese de Frege-Strawson (1950)
3. Cf. a teoria das descrições de Russell.
4. Cf. Donnellan, "Reference and Definite Descriptions" in *Philosophical Review*, 75 (1966): 281-304
5. Cf. Kripke, op. cit., p. 15
6. Idem, p. 22
7. Idem, p. 15
8. Idem, p. 15
9. Saussure, "Cours de Linguistique Générale", p. 37
10. Uma das poucas exceções é o texto de Kripke "Naming and Necessity", em que a idéia de batismo desempenha um papel importante para a teoria causal da referência.
11. Peirce, em seu tratado de semântica e Kant, na crítica da Razão Pura, foram dois dos filósofos modernos que fizeram com alguma clareza essa distinção. Peirce distinguiu o objeto do signo, do objeto real ou dinâmico; Kant, a coisa-em-si-mesma, às vezes noumenon, do fenômeno.
12. Linsky (1967) propõe algo semelhante.
13. Em sua resposta a Kripke, Donnellan admite uma oposição mais ou menos semelhante a que estamos propondo "Pessoas referem e expressões referem". Chame-mos a estes fenômenos "Referência do falante" e "Referência Semântica" respectivamente, diz ele em "Speaker's Reference, Description and Anaphora", p. 28.
14. Em "Semantical Considerations of Modal Logic", in *Acta Philosophica Fennica*, vol. 16 (1963) pp. 83-91, também reproduzido em Linsky (ed.) *Reference and Modality* (1971), Kripke assume a hipótese de que Sherlock Holmes não existe, mas poderia existir noutro estado de coisas. Arrepende-se, entretanto, já em 1971, no Addendum acrescentado ao texto de Linsky, e ratifica sua mudança em *Naming and Necessity*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. COSTA, J.C. *A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância*, Porto Alegre, PUC, Xerox, 1984.
2. DAVIDSON, D. "Reality without Reference", *Dialectica*, 31 (1977), 247-58. Reproduzido em Platts, M. (ed) *Reference Truth and Reality*, 131-140.
3. DONNELLAN, K. "Speaker Reference, Descriptions, and Anaphora", In: P.A. French e outros (eds.), *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*.
4. DONNELLAN, K. "Proper Names and Identifying Descriptions", In: Davidson e Harman (eds.) *Semantics of Natural Language*, Dordrecht: Reidel, 1972.
5. DONNELLAN, K. "Reference and Definite Descriptions", *The Philosophical Review*, 75: 281-304, 1966.
6. FREGE, G. *Collected Papers on Mathematics, Logic, and Philosophy*, (B. McGuiness, ed.), Oxford, Basil Blackwell, 1984.
7. GRICE, H.P. "Meaning", *Philosophical Review*, 66, 377-88, recitado em Steinberg & Jakobovits (1971).
8. KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1985 (tradução portuguesa de M. Pinto dos Santos e A.F. Mourão).
9. KAPLAN, D. "DThat", Cole, P. (ed.), *Syntax and Semantics*, 1978. Reproduzido in: French, P.A. e outros (eds.), *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 383-400.
10. KRIPKE, S. *Naming and Necessity*, Oxford, Basil Blackwell, 1980. (versão corrigida, com novo prefácio e Adenda, do artigo publicado em Davidson e Harman (1972)).
11. KRIPKE, S. "Speaker's Reference and Semantic Reference", IN: French, P.A., Vehling Jr., T.E. e Wettstein, H.K., (eds.), *Contemporary Perspectives in the Philosophy of Language*, 1977.
12. LINSKY, L. "Reference and Referents", In: Steinberg and Jakobovits (eds.), *Semantics: an Interdisciplinary Reader in Philosophy of Language*.
13. LINSKY, L. (ed.). "Referring", London, Routledge & Kegan Paul, 1967.
14. PEIRCE, C.S. *SEMIÓTICA*, São Paulo, PERSPECTIVA, 1977.
15. PLATTS, M. (ed.) *Reference, Truth and Reality*, London, Routledge e Kegan Paul, 1980.
16. RUSSELL, B. "On Denoting" (1905) IN: *Logic and Knowledge*, New York, G.P. Putnam's Sons, 1971.
17. SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*, Paris, Payot, 1974.
18. SEARLE, J. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.
19. STRAWSON, P.F. "On Referring", *Mind* 59, 320-344.
20. STEINBERG, D. & JAKOBOVITS, L.A. (eds.) *Semantics: and interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology*, Cambridge, Cambridge University Press, 1971.
21. WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*, (trad. J.C. Bruni), São Paulo, Abril (Col. Pensadores), 1979.